



AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo V

Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária

ÍNDICE

1. Princípios Gerais	3
2. Cálculo do Valor da Passagem	3
2.1. Tarifa Básica	4
2.2. Tarifa Litorânea.....	5
2.3. Descontos Tarifários.....	10
3. Gratuidades e Meia Tarifa	11
3.1. Tarifa de Pedágio e Travessia	11
3.2. Taxa de Embarque	11
4. Reajuste tarifário	12
5. Revisões tarifárias extraordinárias	13
6. Receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados.....	14

Anexo V - Política Tarifária, Reajuste e Revisão Tarifária

1. Princípios Gerais

A remuneração pelos serviços prestados pela Concessionária dar-se-á primordialmente pela passagem cobrada dos usuários pagantes dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, respeitados os valores máximos e as regras estabelecidos no presente Anexo, observados os seguintes princípios:

- I. A economicidade e a modicidade do valor da passagem cobrada;
- II. A justa remuneração do capital empregado;
- III. A manutenção dos níveis de serviço estipulados;
- IV. A cobertura das despesas complementares, inclusa a supervisão, administração e fiscalização dos serviços que se dará mediante alíquota de 2% (dois por cento) sobre o valor da receita líquida da tarifa, a ser recolhida à ARTESP (Ônus Variável, OV), bem como a eventual despesa com tarifa de pedágio e de travessia arcada pela Concessionária;
- V. O equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço de transporte.

A metodologia para determinação dos valores da tarifa ao longo do prazo da concessão considerará, em especial, os seguintes aspectos:

- I. A estrutura tarifária vigente e a potencial criação de novos perfis tarifários;
- II. O reajuste anual, conforme metodologia estabelecida neste anexo;
- III. A revisão da Tarifa Básica, conforme seja necessário para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos termos da lei.

2. Cálculo do Valor da Passagem

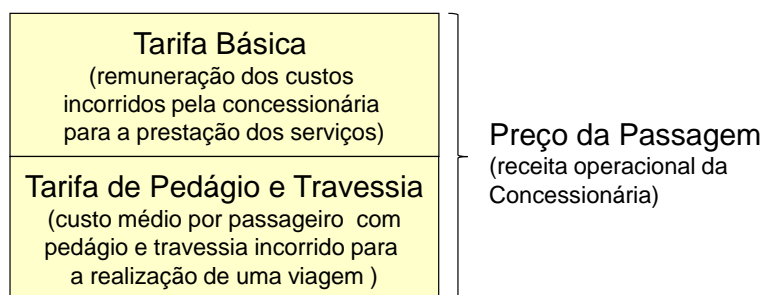
A passagem cobrada do usuário pela prestação dos serviços de transporte rodoviário e suburbano resulta da somatória de duas parcelas:

1. **Tarifa Básica**, que tem por objetivo remunerar os custos próprios da Concessionária, inclusive os custos operacionais e administrativos, a manutenção, amortização e remuneração pelo capital investido, os seguros e as garantias devidos face ao Contrato de Concessão, o Ônus Variável devido à ARTESP pela supervisão, administração e fiscalização dos serviços, os impostos, contribuições e outros tributos devidos, dentre outros que sejam observados ao longo do prazo da concessão;

2. **Tarifa de Pedágio e de Travessia**, compreendida como o custo médio por passageiro incorrido no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros com o eventual pagamento de pedágio e de travessia na realização de uma viagem nas ligações rodoviárias e suburbanas.

Cada uma das ligações do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros possui incidência particularizada de pedágios e travessias, havendo, portanto, variação no resultado do cálculo da passagem por ligação, sendo necessário o cálculo da passagem de forma individualizada para cada um dos serviços prestados.

A figura a seguir ilustra esta proposição:



A passagem paga pelo usuário deverá ser integralmente contabilizada como Receita Operacional própria de cada empresa concessionária. O preço da passagem não inclui o eventual pagamento da Taxa de Embarque devida pela utilização de terminais, que constitui um preço público independente do serviço de transporte delegado à concessionária. A depender de cada situação, a Concessionária poderá ser solicitada a recolher a Taxa de Embarque dos Usuários, para o serviço rodoviário e repassar para o Poder Concedente dos Terminais, sem que este fato configure remuneração da Concessionária.

2.1. Tarifa Básica

A Tarifa Básica dos serviços de transporte rodoviário coletivo intermunicipal tem por objetivo remunerar, dentre outros, os itens essenciais ao desempenho da atividade, tais como:

- Amortização e remuneração do capital investido em instalações, frota, equipamentos e outros;
- Pessoal;
- Combustíveis;
- Lubrificantes;
- Rodagem;

- f. Peças e acessórios;
- g. Seguros obrigatórios e de responsabilidade civil, garantias contratuais e itens similares estabelecidas no Contrato de Concessão;
- h. Serviços não delegados;
- i. Administração;
- j. Ônus Variável devido à ARTESP;
- k. Impostos e contribuições;

2.2. Tarifa Litorânea

A tarifa litorânea será adotada nas áreas onde sejam identificados “serviços litorâneos”, que são caracterizados por trafegarem em trecho de serra litorânea e/ou vias litorâneas. O percentual de acréscimo é definido pela diferença existente entre os custos litorâneos e convencionais, em função das peculiaridades desses atendimentos.

As Tarifas Básicas do serviço rodoviário a ser considerado pela Concessionária são:

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIA					
Extensão(km) da Linha ou Seção		SERVIÇO			
		CONVENCIONAL	LITORÂNEO	LEITO	EXECUTIVO
De	A	R\$	R\$	R\$	R\$
0,0	- 15,0	3,18	3,98	6,37	5,40
15,	- 20,0	3,71	4,64	7,43	6,31
20,	- 25,0	4,79	5,99	9,56	8,14
25,	- 30,0	5,86	7,32	11,71	9,94
30,	- 35,0	6,92	8,64	13,84	11,76
35,	- 40,0	7,98	9,98	15,98	13,57
40,	- 45,0	9,05	11,32	18,12	15,41
45,	- 50,0	10,12	12,66	20,24	17,22
50,	- 55,0	11,20	13,94	22,38	19,03
55,	- 60,0	12,26	15,24	24,53	20,83
60,	- 65,0	13,33	16,52	26,66	22,66
65,	- 70,0	14,39	17,80	28,79	24,47
70,	- 75,0	15,46	19,08	30,92	26,28
75,	- 80,0	16,54	20,34	33,06	28,10
80,	- 85,0	17,61	21,58	35,19	29,92
85,	- 90,0	18,68	22,82	37,33	31,73
90,	- 95,0	19,73	24,07	39,47	33,55
95,	- 100,	20,79	25,31	41,61	35,35
100	- 110,	22,39	27,18	44,81	38,09
110	- 120,	24,54	29,69	49,08	41,71
120	- 130,	26,67	32,19	53,34	45,35
130	- 140,	28,82	34,67	57,62	48,98
140	- 150,	30,96	37,13	61,90	52,60
150	- 160,	33,08	39,60	66,16	56,24
160	- 170,	35,23	42,02	70,43	59,86
170	- 180,	37,35	44,46	74,71	63,51
180	- 190,	39,49	46,86	78,98	67,12
190	- 200,	41,63	49,26	83,25	70,76
200	- 210,	43,76	51,65	87,52	74,39
210	- 220,	45,89	54,03	91,80	78,02
220	- 230,	48,03	56,39	96,07	81,64
230	- 240,	50,17	58,74	100,33	85,28
240	- 250,	52,31	61,07	104,62	88,91
250	- 260,	54,44	63,39	108,89	92,55

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIA					
Extensão(k m) da Linha ou Seção		SERVIÇO			
		CONVENCIONAL	LITORÂNEO	LEITO	EXECUTIVO
De	A	R\$	R\$	R\$	R\$
260	- 270	56,58	65,70	113,14	96,17
270	- 280	58,72	68,00	117,42	99,80
280	- 290	60,84	70,26	121,70	103,46
290	- 300	62,98	72,54	125,98	107,08
300	- 310	65,11	74,78	130,24	110,72
310	- 320	67,25	77,03	134,50	114,33
320	- 330	69,39	79,27	138,79	117,97
330	- 340	71,52	81,49	143,05	121,59
340	- 350	73,66	83,69	147,33	125,24
350	- 360	75,80	85,89	151,59	128,87
360	- 370	77,93	88,06	155,87	132,49
370	- 380	80,08	90,23	160,14	136,12
380	- 390	82,21	92,38	164,41	139,75
390	- 400	84,33	94,53	168,68	143,38
400	- 410	86,48	96,65	172,96	147,00
410	- 420	88,60	98,77	177,22	150,64
420	- 430	90,75	100,87	181,49	154,28
430	- 440	92,89	102,97	185,77	157,91
440	- 450	95,02	105,05	190,05	161,53
450	- 460	97,17	107,11	194,30	165,16
460	- 470	99,31	109,17	198,58	168,79
470	- 480	101,42	111,22	202,86	172,44
480	- 490	103,56	113,25	207,13	176,05
490	- 500	105,69	115,27	211,40	179,69
500	- 510	107,83	117,26	215,67	183,31
510	- 520	109,98	119,26	219,93	186,95
520	- 530	112,11	121,25	224,21	190,58
530	- 540	114,25	123,23	228,49	194,21
540	- 550	116,38	125,19	232,77	197,84
550	- 560	118,51	127,14	237,01	201,47
560	- 570	120,65	129,09	241,30	205,10
570	- 580	122,78	131,01	245,58	208,72
580	- 590	124,92	132,92	249,84	212,35
590	- 600	127,07	134,82	254,11	216,00
600	- 610	129,18	136,71	258,39	219,63

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO					
Extensão(k m) da Linha ou Seção		SERVIÇO			
		CONVENCIONAL	LITORÂNEO	L E I T O	EXECUTIVO
De	A	R\$	R\$	R\$	R\$
610	- 620	131,32	138,60	262,65	223,25
620	- 630	133,46	140,46	266,92	226,88
630	- 640	135,60	142,33	271,20	230,51
640	- 650	137,74	144,19	275,47	234,15
650	- 660	139,89	146,01	279,74	237,76
660	- 670	142,02	147,83	284,01	241,41
670	- 680	144,13	149,66	288,28	245,03
680	- 690	146,26	151,46	292,56	248,67
690	- 700	148,41	153,24	296,82	252,28
700	- 710	150,55	155,03	301,09	255,92
710	- 720	152,69	156,80	305,36	259,57
720	- 730	154,83	158,57	309,65	263,21
730	- 740	156,95	160,31	313,92	266,84
740	- 750	159,10	162,05	318,17	270,46
750	- 760	161,23	163,79	322,45	274,09
760	- 770	163,35	165,50	326,74	277,72
770	- 780	165,50	167,21	330,99	281,37
780	- 790	167,64	168,89	335,27	284,98
790	- 800	169,76	170,58	339,54	288,62

Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, taxa de embarque, seguro facultativo e pedágio.

As Tarifas Básicas do serviço suburbano a ser considerado pela Concessionária para as linhas do sistema suburbano são:

CARACTERÍSTICA SUBURBANA				
Extensão(km) da Linha ou Seção		SERVIÇO		
		CONVENCIONAL	LITORÂNEO	
De	A	R\$	R\$	
0,0	- 10,0	2,72	2,88	
10,	- 12,5	2,88	3,21	
12,	- 15,0	3,21	3,37	
15,	- 17,5	3,37	3,69	
17,	- 20,0	3,53	3,87	
20,	- 22,5	3,69	4,01	
22,	- 25,0	3,87	4,17	
25,	- 27,5	4,01	4,34	
27,	- 30,0	4,17	4,49	
30,	- 35,0	4,34	4,83	
35,	- 40,0	4,98	5,44	
40,	- 45,0	5,61	6,09	
45,	- 50,0	6,26	6,75	
50,	- 55,0	6,88	7,53	
55,	- 60,0	7,51	8,15	
60,	- 65,0	8,12	8,75	
65,	- 70,0	9,06	9,85	
70,	- 75,0	9,64	10,44	
75,	- 80,0	10,25	11,05	
80,	- 85,0	10,69	11,63	
85,	- 90,0	11,45	12,41	
90,	- 95,0	11,90	12,98	
95,	- 100,0	12,46	13,56	
100	- 105,0	13,06	14,15	
105	- 110,0	13,64	14,88	
110	- 115,0	14,22	15,45	
115	- 120,0	14,80	16,03	
120	- 125,0	15,35	16,60	
125	- 130,0	16,24	17,61	
130	- 135,0	16,78	18,18	
135	- 140,0	17,36	18,75	
140	- 145,0	17,92	19,44	
145	- 150,0	18,33	19,97	

Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, pedágio e travessia.

Observação: a partir do início de operação do sistema futuro não será permitida cobrança de tarifa por média ponderada.

Para o cálculo do preço da passagem paga pelo usuário, aos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, as tarifas de pedágio e de travessia.

A tarifa permanecerá constante em termos reais em todas as Áreas de Concessão, cabendo apenas seu reajuste anual.

A Concessionária reconhece que os valores tarifários máximos acima apresentados, em conjunto com as regras de reajuste a seguir descritas, são suficientes para a adequada prestação do serviço concedido nos termos deste Edital e de seus anexos.

Cabe ressaltar que o Ônus Variável pago pelo usuário e recolhido pela Concessionária para a ARTESP será de 2,0% (dois por cento) do valor da receita líquida da Tarifa final calculada.

A Concessionária deverá calcular e recolher os impostos incidentes sobre a tarifa cobrada dos usuários dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, incluindo todas as parcelas supra citadas, com base nas seguintes alíquotas:

1. Serviço Rodoviário:
 - a. ICMS: 12,00% sobre o valor da Tarifa cobrada dos usuários;
 - b. PIS: 0,65% sobre o valor da Tarifa cobrada dos usuários;
 - c. COFINS: 3,00% sobre o valor da Tarifa cobrada dos usuários.
2. Serviço Suburbano:
 - a. PIS: 0,65% sobre o valor da Tarifa cobrada dos usuários;
 - b. COFINS: 3,00% sobre o valor da Tarifa cobrada dos usuários.

A tarifa a ser praticada na execução dos serviços prestados em caráter emergencial obedecerá aos índices definidos em planilha elaborada pela ARTESP, referente ao serviço específico a ser prestado, se necessário, a critério da ARTESP.

2.3. Descontos Tarifários

A Concessionária poderá praticar tarifas promocionais nos seus serviços, em todos os horários ou em alguns deles, em todos ou em determinados dias da semana e meses, em todos ou em parte dos assentos, desde que:

- I. Comunique com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para sua implementação, para autorização da ARTESP;
- II. A suspensão ou redução de descontos antes do prazo previsto para seu término sejam comunicados e autorizados pela ARTESP;
- III. Não impliquem em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência;
- IV. Não inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP; e
- V. Faça constar tratar-se de tarifa promocional no bilhete de passagem e em destaque para o caso de serviço rodoviário e com aviso no veículo para o caso de serviço suburbano.

A ARTESP vedará, a qualquer momento, a prática da tarifa promocional e/ou o oferecimento do desconto quando implique em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência, dentre elas:

- I. Prática injustificada de subsídios cruzados ou de preços inferiores ao custo operacional dos serviços;
- II. Inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP.

A cobrança, pela Concessionária, de valor de passagem inferior ao valor máximo fixado pelo Poder Concedente em nenhuma hipótese ensejará qualquer tipo de pleito compensatório quanto à recuperação de equilíbrio econômico-financeiro.

Será vedado à Concessionária estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para ressarcimento correspondente.

O cálculo do Ônus Variável que a Concessionária pagará mensalmente à ARTESP será sobre o valor máximo da passagem fixado na tabela acima, não incidindo os descontos concedidos pela Concessionária aos usuários.

3. Gratuidades e Meia Tarifa

A Concessionária deverá tomar em consideração as gratuidades e descontos tarifários existentes no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal que tenham sido concedidos por força de legislação específica.

Assim, as gratuidades e meia tarifa existentes não serão consideradas em qualquer hipótese como causa de desequilíbrio econômico financeiro contratual. As gratuidades e meias tarifas concedidas após a assinatura do Contrato de Concessão, condicionadas à previsão, em lei, da origem dos recursos de custeio, serão considerados fatos causadores de desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e darão à Concessionária o direito a sua recomposição.

3.1. Tarifa de Pedágio e Travessia

A Tarifa de Pedágio será devida às empresas concessionárias, públicas ou privadas, das rodovias e vias públicas por onde trafegam os veículos rodoviários e suburbanos, de acordo com a política tarifária do setor vigente à época.

Para as linhas que utilizam rodovias submetidas ao regime de pedágio ou façam uso de travessia, o cálculo do valor do acréscimo da Passagem será feito pela razão entre o valor total de pedágios e/ou de travessias do trecho percorrido pelo usuário e o número de passageiros médio por viagem dos Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros. O número de passageiros médio por viagem considerado será o dos 12 meses anteriores ao mês estipulado para o reajuste tarifário, calculado para cada serviço (Rodoviário e Suburbano).

3.2. Taxa de Embarque

A Taxa de Embarque é a taxa paga pelo usuário ao ente responsável pela operação dos terminais onde embarcam os passageiros rodoviários.

O valor da taxa é estabelecido por entes diferentes em cada caso e não fará parte do valor da tarifa, bem como das receitas da Concessionária. O valor deverá ser pago diretamente pelo usuário ao ente responsável, ou a quem este delegar.

4. Reajuste tarifário

A Tarifa Básica será atualizada por meio de reajustes visando preservar o valor real das tarifas, com periodicidade anual, no mês de julho, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do § 3º e § 5º do artigo 28, conjugados com o § 1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, para mais ou para menos, considerando-se como data-base a data do último reajuste tarifário. Para tanto, será aplicada anualmente a fórmula descrita a seguir:

$$\text{Tarifa Básica}_i = (1 + \text{Índice de Reajuste}) \times \text{Tarifa Básica}_o$$

Onde:

- **Tarifa Básica_i** = Tarifa Básica que deverá ser considerado no *i-ésimo* ano de contrato;
- **Tarifa Básica_o** = Tarifa Básica utilizada no ano imediatamente precedente;
- **Índice de Reajuste** = índice de reajuste entre o ano *i* e o ano imediatamente precedente.

Obs: Para início da prestação dos serviços, a tarifa básica será considerada de julho/2016 reajustando-se novamente apenas no próximo mês de julho.

Os critérios de reajuste passarão a ser conduzidos da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Índice de Reajuste Rodoviário} &= 26,3 \% \times c + 43,7 \% \times v + 30 \% \times \text{INPC} \\ \text{Índice de Reajuste Suburbano} &= 31,6 \% \times c + 26,5 \% \times v + 41,9 \% \times \text{INPC} \end{aligned}$$

c = Variação percentual do preço de combustível

Fonte: Coleta de preços junto aos fornecedores para grandes consumidores no Estado de São Paulo junto à Agência Nacional de Petróleo. Este item deverá ser ponderado em função dos combustíveis utilizados na frota em operação, como óleo diesel, gás, etc.

v = Variação média percentual dos preços de veículos

Fonte: Cotação de preços junto a fornecedores de chassis e carroceria, ponderados pelas diversas tecnologias existentes no cadastro de frota. Modelos cuja produção tenham sido descontinuados serão substituídos por outro equivalente.

INPC = Variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

Fonte: coleta dos índices junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Será tomada como referência, a variação acumulada dos últimos 12 meses. Sempre que, pela concessão do reajuste da tarifa, resultar valor diverso que o previsto neste item, a diferença poderá ser objeto de compensação no próximo reajuste, de forma a se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Todos os valores serão calculados com duas casas decimais arredondamento para baixo quando a 3ª (terceira) casa decimal for menor ou igual a 5 (cinco) e para cima quando for maior que 5.

Os parâmetros de reajuste tarifário aqui descritos poderão ser alterados por ocasião das revisões ordinárias, conforme regramento da cláusula 22 do Contrato.

5. Revisões tarifárias extraordinárias

5.1. A revisão tarifária poderá ser solicitada a qualquer momento pela ARTESP ou pelas Concessionárias, demonstrado o impacto significativo nos custos ou receitas dos serviços de um fato legitimamente reconhecido como ensejador de reequilíbrio, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Serão considerados fatos ensejadores de reequilíbrio as seguintes situações excepcionais:

- I. Modificação unilateral do contrato imposta pelo poder público que importe em variação de custos ou de receitas, para mais ou para menos;
- II. Ressalvado imposto incidente sobre a renda ou lucro, alteração na ordem tributária posterior à assinatura do instrumento de outorga;
- III. Alteração legislativa de caráter específico que tenha impacto direto sobre as receitas ou custos da Concessionária de modo a afetar a continuidade ou a qualidade da exploração da Concessão;
- IV. Alteração legislativa que acarrete impacto à Concessionária, inclusive a que concede ou suprime isenção, redução, desconto ou qualquer outro privilégio tributário ou tarifário. A estipulação de novos benefícios tarifários, na forma de isenção ou redução, fica condicionada à previsão, em lei, da origem dos recursos de custeio;
- V. Solicitações extraordinárias por parte do poder público que importe em variação de custos ou de receitas, para mais ou para menos;
- VI. Fatos excepcionais, cujas consequências sejam imprevisíveis ou não mensuráveis, para os quais os mecanismos de proteção não estejam disponíveis no mercado.

5.2. Não ensejarão direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entre outras hipóteses:

- I. O prejuízo ou a redução de ganhos da Concessionária decorrentes da livre exploração da Concessão e dos riscos normais à atividade empresarial;
- II. A oscilação ordinária dos custos das obrigações assumidas pela Concessionária ou a sua discrepância em relação aos custos previstos na elaboração das planilhas do Plano de Negócios;
- III. A desconsideração de eventos ou empreendimentos previsíveis;
- IV. O desconhecimento das condições das estradas e itinerários;
- V. Negligência, inépcia ou omissão na prestação dos serviços;
- VI. Gestão ineficiente dos serviços, incluindo o pagamento de custos administrativos e operacionais superiores aos praticados no mercado;
- VII. Incapacidade de aproveitamento das possibilidades de ampliação e melhoria na prestação dos serviços.

- VIII. Se circunstâncias de força maior ou calamidades afetarem de forma significativa a exploração da Concessão, realizar-se-á uma divisão dos novos encargos entre o Poder Concedente, a ARTESP e a Concessionária.
- IX. A Concessionária não terá direito adquirido à estrutura ou ao conteúdo regulamentar vigente no momento da assinatura do contrato, não podendo invocar alteração na regulamentação dos serviços para demandar a recomposição da equação econômico-financeira que rege este contrato, a não ser que comprove que a alteração gerou relevante impacto em sua equação econômico-financeira.
- 5.3. A revisão iniciar-se-á por requerimento da Concessionária ou determinação da ARTESP.
- I. O requerimento ou determinação deverá estar acompanhado por relatório técnico, documentos e cálculos que justifiquem o pleito;
 - II. O procedimento de revisão iniciado pela ARTESP deverá ser objeto de comunicação à Concessionária, consignando-se prazo para sua manifestação, acompanhada dos estudos, documentos e cálculos que embasem suas alegações;
 - III. No caso de revisão ordinária, os eventos consignados nas solicitações de reequilíbrio econômico financeiro do contrato serão tratados de forma conjunta em processo administrativo a ser estabelecido pela ARTESP;
 - IV. No caso de solicitação de revisão extraordinária a ARTESP deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar opinião final acerca da revisão;
 - V. Havendo alteração do preço final da passagem por força de reajuste, revisão ordinária ou revisão extraordinária, a Concessionária deverá providenciar ampla divulgação do novo valor aos usuários do serviço com antecedência mínima de 10 (dez) dias.
- 5.4. Caso resulte da revisão a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato celebrado entre a Concessionária e a ARTESP, poderão ser utilizados, isoladamente ou em conjunto, a critério da ARTESP, os seguintes mecanismos:
- I. Alteração do prazo da Concessão;
 - II. Alteração das obrigações impostas à Concessionária ou do cronograma de investimentos ou metas previstos;
 - III. Pagamento de indenização entre as partes;
 - IV. Alteração, para mais ou para menos, do valor do teto tarifário, no caso de incidência em todo o Sistema de Transporte.

6. Receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados

Além das tarifas pagas pelos usuários, a operadora poderá ser remunerada por receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- I. O desempenho de atividades diversas daquelas que caracterizam o serviço de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros não acarrete prejuízo à normal prestação do serviço público delegado;

- II. A cobrança ou exploração das receitas a que se refere o item anterior sejam prévia e expressamente aprovadas pela ARTESP;
- III. Deverá ser revertido à ARTESP o montante de 10% (dez por cento) do total das receitas líquidas auferidas.

As receitas provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados devem ser contabilizadas em separado.

É vedado à Concessionária pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da variação das receitas a que se refere este capítulo ou de sua dissonância em relação aos valores previstos no Plano de Negócios.